

ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE

Cel Inf (QEME) José Carneiro de Oliveira

Cel Art (QEME) Gabriel Aguiar

Professor José Camarinha Nascimento

Professor Ruy Vieira da Cunha

SUMARIO

1 — INTRODUÇÃO

2 — OS ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE

2.1 — A Terra

2.2 — O Homem

2.3 — As Instituições

3 — ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

3.1 — Educação

3.1.1 — Analfabetismo

3.1.2 — Carreiras Profissionais

3.1.3 — Cultura

3.2 — Saúde

3.3 — Trabalho e Previdência Social

3.4 — A Família

3.5 — As Classes Sociais

3.6 — Vigências Sociais

3.6.1 — O Direito

3.6.2 — A Religião

3.6.3 — As Artes

4 — CONCLUSÃO

1 — INTRODUÇÃO

Se as coisas devem começar do princípio, do princípio comecemos. A descoberta do Brasil não terá sido apenas um episódio isolado da geografia política. No limiar do Século XVI o mundo europeu acabava de emergir da Idade Média e ansiava por um reencontro de fato com as coisas sagradas: até então, eram somente as catedrais góticas, que GOETHE chamaria "Bíblia em pedra".

O Brasil proporcionou então o descobrimento do homem em estado de pureza original, de inocência bíblica. Daí o interesse intelectual despertado pela figura singela do "bon sauvage" que praticava

tão sadiamente a liberdade e a vida natural. A carta de CAMINHA despertou a curiosidade das Côrtes. Silvícolas da nova terra foram levados à presença de Reis e já MONTAIGNE a eles dedicava um de seus "Ensaio". Outro foi RONSARD, com sua "Ode contre Fortune". Na Espanha, LOPE DE VEGA pouco depois compunha um drama épico — "El Brasil Restituído" — no qual surgiria pela primeira vez o nome de Brasília na pessoa da heroína indígena. Seguem-se CHATEAUBRIAND com a sua "Atala" e o seu "Natchez"; e também BOUCHER, com seu "Jakaré Quassü. Na sisuda Inglaterra, o sisudo MILTON ameaçava a euforia geral com o seu "Paraíso Perdido".

Vieram depois os contatos pessoais. Descreve JEAN DE LÉRY a "civilização ingênua" dos trópicos. Relata DEVREUX as mil peripécias de sua viagem ao Maranhão. E tudo isso se refletia nas idéias do tempo, na imaginação de homens de sensibilidade como ERASMO, RABELAIS, VOLTAIRE, THOMAS MORUS. Explica AFONSO ARINOS como o índio brasileiro influíu na Revolução Francesa através de ROUSSEAU.

Nasceu o Brasil, portanto, sob o signo dêsse encontro do homem com o homem de espaços e de tempos diferentes da História do mundo — e guardaria êsse traço de anacronismo salutar e vivificador dentro de que os fatos obedecem menos à lógica do que à predestinação. Observa AMOROSO LIMA que o Brasil formou-se ao revés. Tivemos eleição antes de opinião; parlamentarismo antes de eleição. As escolas precederam o magistério. Os Bancos vieram antes da economia. Tivemos salões sociais e só depois educação. Houve arte — antes de artesanato. Buscamos conceito externo antes de consciência nacional. O País fez empréstimos antes de consolidar a riqueza própria. Aspiramos à grande potência mundial antes de termos garantia e força interior. Acrescente-se a êsses tópicos que tivemos legislações social antes de operariado. E agora mesmo, estamos exportando "know-how" antes de termos tecnologia doméstica.

Três episódios vieram paranostrar êsse anacronismo cultural. Ao desembarcar na Bahia como Governador-Geral, TOMÉ DE SOUZA notou com surpresa êste fato curioso e inédito: o Estado, que êle trazia na bagagem juntamente com a nobreza, o clero, a força armada — ainda não tinha povo para governar. Nossa Independência, por sua vez, foi paradoxalmente decretada pelo mesmo Príncipe que logo depois iria ser o Rei de própria vontade despojado da peça mais rica do patrimônio imperial. E para culminar, o Imperador deposto pela República terá sido o mais republicano de todos os monarcas da história das monarquias constitucionais — e foi um favorecedor potencial do movimento que o deveria destronar e exilar, entre o constrangimento e até o pranto dos que o depuseram e baniram de um trono que êle não fêz força para preservar.

Há no Brasil e no brasileiro de todos os tempos uma espécie paradoxal de "recherche du temps non-perdu". Esta fome ansiosa de

futuro levou o brasileiro a criar uma civilização que SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA identifica como sendo de fundo eminentemente emotivo — e se reflete em tôdas as formas de sua estrutura social.

2 — OS ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE

Três elementos fundamentais compõem a estrutura de uma Nação: a Terra, o Homem e as Instituições. São coexistentes e complementares. De sua harmonia dependem a qualidade e o grau evolutivo da cultura e da civilização. São eles ativados por forças positivas ou negativas: no primeiro caso — conservação, progresso, equilíbrio; no segundo — inércia, decadência, opressão. A estabilidade, o bem-estar de uma Nação dependem do metabolismo dessas forças latentes, da maior ou menor inspiração ou sabedoria em promover a justa compensação de suas influências, lisonjeiras ou maléficas, no mecanismo da vivência nacional.

2.1 — A Terra

Oceano, montanha, floresta e rio — eis o equilíbrio quadrilátero cosmo-social da nacionalidade brasileira. O Atlântico, os Andes, a Amazônia, o Prata: quatro gigantes, quatro imensidões que serviram de limite ao nosso "possidetis". E daí a variedade de chão e a variedade de climas: o planalto, o pampa, a caatinga, a serra, a inundação, a seca, o vento geral, o estio, o mormaço, a friagem, o minuano, a neve — tudo isso fazendo do Brasil uma Nação ao mesmo tempo tropical, subtropical, temperada e fria; litorânea e sertaneja, de extrema facundidade e de penúria extrema. Terra firme e terra lábil em que a natureza ainda não decidiu ao certo onde vai ser água, onde vai ser solo e eis os grupos sociais tendo de criar formas igualmente variáveis de adaptação ambiental. O homem, aqui, recebendo de graça o peixe e a caça; ali tendo de mourejar para extrair do chapadão adusto uma raquítica raiz; mais além — por mais que moureje, a terra obstinada dizendo sempre o "non", palavra dura que não tem direito nem avêso.

Assim se formaram o Brasil e o brasileiro, entre afagos e castigos da terra — e êsse conjunto diversificado de penas e de recompensas explica em larga escala a nossa unidade política e social, o espírito integrativo de uma coletividade onde uns têm de completar os outros na permuta de messes e de mínguas de fartura e de carências com que a terra caprichosa ora os anima, ora os escarmenta mas nesse ritmo binário de estímulo e desalentos vai ajudando a conduzir pensamentos e ações na direção de seu destino.

2.2 — O Homem

A pluralidade racional é uma constante demológica no Contingente: euro-africana como nos Estados Unidos, "bon-gré, mal gré"; euro-indígena, como na Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Venezuela, indo-

européia, como no México, Bolívia, Paraguai, Peru, América Central. No Brasil ela é tripartite: euro-afro-indígena, tal como sucedeu nos Guararapes. No Norte e Nordeste — indo-lusitana; no litoral e no Centro — luso-africana; no Sul — luso-europeu e luso indígena. E já se vai aos poucos firmando a variante nipo-luso-brasileira no Centro Sul, que estará criando as raízes culturais de um precioso hibridismo agro-industrial de promissoras expectativas para a Nação: o japonês já não é mais comparável como dantes ao enxôfre: amarelo e insolúvel.

Do ponto de vista psicológico, essa pluralidade racial também reflete os temperamentos das caudais que a compõem, de tal sorte que se poderia formular um diagnóstico genérico das grandes tônicas psicossociais da personalidade social brasileira, como propõe ainda AMOROSO LIMA:

- primado do sentimento sobre a razão
- do teórico sobre o prático
- do geral sobre o particular
- do improvisado sobre o elaborado
- do talento sobre o estudo
- do amadorismo sobre o profissionalismo.

E ao lado dessas predominâncias, surge afinal o traço mais característico da nossa estrutura psicológica, que vem a ser a bondade — e já agora quem fala é CASSIANO RICARDO, para quem o espírito de conciliação é a grande constante de temperamento brasileiro. Somos um povo mediador por excelência — e a nossa História é pontilhada de episódios que ilustram a tese. E por isso que assim somos, nossas idéias, nossas atitudes, nossos comportamentos, nossas instituições têm forçosamente de refletir essa tendência que já não passara despercebida ao autor do "Diálogo das Grandezas", observando, que, ao contato com o piso acolhedor da nova terra os homens "foram largando a ruim natureza". O brasileiro — observa ainda aquele mesmo autor — já respondeu à angústia da ciência sem precisar aquela operação de "alta biologia e altíssima sociologia" de que fala KEITH e que consistiria em alterar o metabolismo das supra-renais, que ele chama "glândulas da guerra".

Essa a gênese do nosso "homem cordial", que poderá ser a contribuição do Brasil para o mundo universalista do futuro.

2.3 — As Instituições

São instrumentos formais através de que o homem procura manter e expandir a sua personalidade social. Civilizações existem de tipo institucional; outras — são individualistas. A hipertrofia das instituições oprime a livre expansão das individualidades; por sua vez o individualismo exacerbado prejudica a natural desenvoltura das ins-

tuições. O Brasil partiu de uma civilização tipicamente institucional — na direção de uma civilização predominante individualista em que a tendência libertária teve nítida vitória sobre a pressão das instituições primitivas, bem como sobre todas as formas de autoritarismo.

As nossas instituições sociais de hoje possuem em regra geral o traço do individualismo; somos oitenta milhões de casos únicos. Esse individualismo é que nos tem livrado das opressões totalitárias, em passado remoto e em passado recente. O brasileiro é infenso ao "inconsciente coletivo" e às hipertrofias e carismatismos do Poder: é bem esta a armadura psicológica que nos terá feito repelir os extremismos da direita e de esquerda, habilitando-nos a não deixar que qualquer deles se institucionalizasse. Aponta GILBERTO FREYRE em precioso estudo de sociologia brasileira que nossos verdadeiros líderes serão, antes, os revolucionários "conservadores" do que os conservadores absolutos, ou ainda os revolucionários radicais. Ao que se poderia talvez acrescentar que o único de nossos estadistas carismáticos terá devido a durabilidade à sua aguda compreensão da mentalidade básica e do comportamento típico do povo, fazendo-se sempre mediador entre extremos, mesmo que fôsse preciso criar artificialmente o antagonismo para provar a solução conciliatória; chegou ele ao requinte de investir ao mesmo tempo um judeu na pasta da Fazenda — e um árabe no Banco do Brasil, sabendo de antemão que iria colocar em choque dois etos diferentes perante o fenômeno da riqueza.

Nossa sociedade busca sempre o poder moderador: a procura dessa "áurea média" é o grande "tonus" dominante de nossa cultura, que a rigor não se poderia mais chamar de ornamental como disse PAULO PRADO — e revela-se desde as atitudes mais sóbrias, como na prescrição constitucional do instituto do árbitro nos litígios internacionais, até ao apêlo, consuetudinário à "turma do deixa disso" na solução dos conflitos privados. Esse o recurso filosófico através do qual tem sido possível conciliar o respeito conservantista pelos valores de sempre, sem prejuízo das tendências evolutivas da sociedade moderna. O próprio advento da República terá sido o resultado da crise institucional do Poder Moderador, em que a Coroa tornara-se impotente para dirimir o conflito entre as forças políticas e psicosociais.

Aponta ainda GILBERTO FREYRE naquele mesmo estudo o papel das Forças Armadas como mediador dos anacronismos sobrevividos entre a estrutura política do Estado — e as tendências dinâmicas da sociedade. E tece comentários sobre certa instituição brasileira que estaria a merecer exame mais profundo do sociólogo-historiador: trata-se daquilo que veio a ficar conhecido nos anais da nossa sociologia não-escrita como "caxiismo". Despida a palavra de quaisquer conotações semânticas, a idéia nela contida sugere, por um lado, a consciência de missão e de outro, a sensibilidade às causas nacionais

que se concretiza em servir à Nação sem todavia servir-se dela. Propõe o autor que os traços culturais do "caxiismo" sejam considerados como um conjunto de normas éticas de validade tanto nos meios militares com civis, em seu complexo de virtudes polivalentes — por assim dizer pan-nacionais. O momento político brasileiro aconselha a leitura desse ensaio do nosso consagrado sociólogo, sobretudo nesta Casa onde se reúnem civis e militares: conclui GILBERTO FREYRE — usando por sinal a nossa linguagem adesguiana — que "é o Brasil inteiro que precisa disso para ajustar-se às solicitações do desenvolvimento, sem prejuízo das de segurança".

3 — ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

Feito este pré-diagnóstico sumaríssimo da civilização brasileira, em suas raízes telúricas e psicossomáticas, chegamos ao limiar da nossa estrutura social, que é um dos fundamentos daquele ramo do Poder Nacional compreendido pelo campo psicossocial. Possui ela um farto elenco de fatores valoritivos, os quais passarão a constituir doravante objeto da presente conferência.

3.1 — Educação

O que quisermos fazer do homem — um bravo ou um pusilânime, um malvado ou um santo, um cético ou um otimista, um liberal ou um déspota — é exatamente aquilo que a educação dêle fará. O que quisermos fazer da pátria, altiva ou submissa, consciente ou amorfa, pervertida ou nobre, progressista ou retrógrada — também será aquilo que a educação vier a fazer do cidadão, em sua capacidade para desenvolver a crença na liberdade e nas transcendências do espírito.

Não caberia, de certo, fazer aqui a resenha histórica da educação no País, nem tampouco o relato dos empreendimentos oficiais ou particulares no setor do ensino em seus diversos graus, mas sim oferecer aos senhores algumas projeções mais altas do problema na conjuntura nacional.

A filosofia da educação no Brasil está contida na Lei de Diretrizes e Bases, de que oferecemos alguns traços mais adstritos à doutrina da Escola Superior de Guerra:

- compreensão dos direitos e deveres de pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade social;
- o respeito à dignidade às liberdades fundamentais do homem;
- o fortalecimento da unidade nacional e solidariedade internacional;
- o desenvolvimento da personalidade humana e sua participação no bem-comum;
- o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos da ciência e da técnica;

- a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como qualquer preconceito de classe, raça ou sexo;
- à ênfase à educação moral e cívica de fundamentos cristãos.

3.1.1 — *Analfabetismo*

O problema do analfabetismo acusa índices elevados: a última estimativa disponível revela em 1965 — 46,4% de analfabetos na população, acusando posição na América do Sul apenas ultrapassada pela Bolívia e Colômbia.

Quadro n. 1

Analfabetismo na América Latina e a Situação do Brasil

NAÇÕES	%
México	43,3
AMÉRICA CENTRAL	
Costa Rica	26,2
Guatemala	70,4
Honduras	69,1
Nicarágua	64,7
Panamá	18,9
El Salvador	51,8
ANTILHAS	
Cuba	54,1
Haiti	77,4
República Dominicana	40,1
AMÉRICA DO SUL	
Argentina	18,2
Bolívia	64,2
Brasil	46,4
Chile	21,5
Colômbia	51,6
Equador	39,6
Paraguai	21,0
Peru	20,4
Uruguai	10,4
Venezuela	38,4

FONTE: "Situação Social da América Latina" — Centro Latino-Americano de Pesquisas, 1965 — Rio.

3.1.2 — *Carreiras Profissionais*

Oferecemos, a seguir, o quadro das matrículas nos cursos superiores relativo ao ano de 1964:

Quadro n. 2

Matrículas nos vários Cursos do Ensino Superior — 1964

CURSOS	% da matrícula
Agricultura	2,7
Direito	21,8
Filosofia	22,8
Engenharia (Química Industrial)	14,5
Medicina	10,0
Ciências Econômicas	10,1
Odontologia	4,2
Artes	1,6
Farmácia	1,6
Arquitetura	1,6
Assistência Social (serviço)	1,7
Enfermagem	2,0
Administração	1,8
Veterinária	1,1
Outros	2,6
Jornalismo	0,9

Fonte:

Total: 142.386

A análise da preferência por carreiras de nível universitário revela maior incidência nos cursos de Filosofia e Direito (22% e 21%), em detrimento de carreiras técnicas como Engenharia (14,5%), ou Medicina (10%), ou Agricultura (2,7%), ou ainda Enfermagem (2%). A procura maior indica tendência acadêmica — em prejuízo de atividades pragmáticas, nas quais justamente se faz sentir a falta de especialistas no País, na fase atual do mundo cada vez mais empolgado pela técnica e pelo “know-how”. É claro que o remédio para esta falta de consentaneidade com a moderna tendência de outras nações mais desenvolvidas não estaria necessariamente em um dirigismo educacional, que seria infenso à nossa cultura democrática — mas não será excusado ressaltar a conveniência de realizar campanhas de propaganda em favor de maior difusão das vantagens de tais carreiras e de sua repercussão no desenvolvimento nacional.

3.1.3 — *Cultura*

Numa tentativa de definir cultura, em sua acepção menos intelectual do que sociológica, aponta T. S. Elliot que ela é uma espécie de "religião vivida" — dando obviamente ao conceito de religião a necessária elasticidade para abranger tudo quanto seja capaz de religar o homem com suas origens, tradições, costumes, através de um elo com o passado e o futuro. No que, a definição está de acordo com a do sociólogo ao observar que a cultura "é aquilo que a gente aprende e depois se esquece".

Dentro dessa conceituação, cultura é tudo quanto possa identificar com autenticidade, um povo — e torne os povos individualizáveis entre si: e se assim é, tanto é cultura o "Boomerang" como a paixão de Oberammergau; o vinho do Porto e o "çakari"; o "ikebana" e a dança do ventre, a dança do sabre, a dança do leque; o queijo Roquefort e o "tokay", a "friska", a "Tarantela", a "karpata"; Mary Janos e Munchausen; o "Karaté" e a "savatte", o "Calvados" e a "cueca"; o saltarello e o ramadan, a feijoada e o curanto. Cada qual pode fazer a sua lista, que será tanto mais universal quanto lhe favoreça o conhecimento das mil variedades de costumes e de "religiões" espalhadas pelo mundo. A cultura brasileira, nesta acepção tradicionalista, viria desde a renda de bilros até o vatapá; o cirio de Nazaré e a festa da uva; o Jeca-tatu e o saci-pererê; a couve mineira e o feijão tropeiro; o bumba-meu-boi e o arroz de cuchá; o tucupí e o chimarrão; o saveiro e a jangada; os azulejos do Maranhão e a cerâmica de Marajó — e a lista seria tão rica quanto a mera curiosidade em percorrer com a memória os recantos do País onde há coisas — e não esquecer — de geração para geração, no decurso das gerações.

Mas é claro que a cultura não é apenas isso e será tanto mais opulenta a sua significação quanto se acrescerem a esses traços mais leves figuras mais sóbrias da expressão nacional — e eis que passam a caber na cultura brasileira a "Oração aos Moços" e o professor MANUEL DE ABREU; BRAZ CUBAS e GEZAR LATTES; as "bandeiras" e OSWALDO CRUZ; a Emília de "faz-de-conta" e o professor CARLOS CHAGAS.

O recentemente fundado Conselho Nacional de Cultura irá chamar a si o zelo por esse patrimônio histórico e cultural em todos os ramos de aplicação do conhecimento — ciências, tecnologia, artes, letras, recreação — através do cultivo de bibliotecas, museus, centros de pesquisa, núcleos de artesanato, práticas de certames, e competições intelectuais, demonstrações de folclore, preservação de tradições, festas populares — coisas essas de que é tão opulento o nosso

patrimônio de três raças, cada uma das quais contribui com o seu quinhão de culturas para o grande caldeamento da nossa própria cultura.

Num comentário final a esta parte da presente conferência, não há como resistir à tentação de abordar um problema curioso que é o comportamento brasileiro perante o equilíbrio entre a iniciativa pública e a particular em matéria de educação. Ficou-nos como resquício da ditadura um lamentável ranço de parasitismo cultural em que o povo espera que o governo monte e arrume a casa e entregue ao cidadão a chave da porta. Todos acham que, sem uma reforma mais ou menos radical nos processos de educação, jamais poderemos dar o destino de grandeza que parece exigível pelas projeções do País no Continente e no mundo; mas todos são também mais ou menos incoerentes em esperar que o protecionismo governamental opere o milagre de tornar o brasileiro educado e culto — enquanto dorme. Não é aleive apontar a ausência de gestos ou manifestações de entidades privadas no sentido de cooperar com o Estado neste particular: onde estão as nossas fundações educacionais em qualidade e quantidade suficientes para oferecer bolsas de estudos, fazer doações de laboratórios, bibliotecas, centros de pesquisa? Incentivadas ou não pelas franquias fiscais, as organizações privadas do País dispõem de inegáveis recursos para proporcionar a educação a milhares de jovens que anualmente correm o risco da marginalização cultural, como excedentes paradoxalmente numerosos dentro de um país que sente a necessidade de acionar com tôdas as forças o dispositivo autopulsor do progresso.

3.2 — Saúde

“Os homens são doentes porque são pobres; tornam-se mais pobres porque são doentes — e mais doentes porque são mais pobres”, eis o círculo vicioso armado por WINSLOW para dramatizar a importância da saúde em um mundo dentro de que já se está criando auspiciosamente a compreensão de que o desenvolvimento nacional, em seus contornos globais e em seu alcance teleológico, vai-se tornando um sinônimo de paz. Seria, portanto, eufemismo considerar a saúde como mera ausência de doença: observa BURKE que ela “reflete a capacidade do ser humano para adaptar-se a um meio em contínua variação”. Donde a conclusão de que o exame dos assuntos ligados à saúde de uma nação envolve a análise de todos os fatores e condições que podem influenciá-la — ou dela sofrer influência — e eis como surgem problemas da maior importância e que variam desde a simples preservação da vida humana até o aproveitamento da capacidade ociosa do cidadão, a melhoria do rendimento útil de seu trabalho, a estabilidade social, a recuperação de áreas territoriais sujeitas a endemias.

Oferecemos aos senhores alguns dados mais expressivos do panorama sanitário nacional, em seus caracteres específicos e globais.

Quadro n. 3

<i>Vida Média</i>	— Brasil — 54 anos
	— Suécia — 72 anos
	— E. U. A. — 68 anos
	— Israel — 71 anos
	— Japão — 67 anos
<i>Mortalidade Geral</i>	— Brasil — 13 óbitos por 1.000 hab.
	— São Paulo — 8,3 óbitos por 1.000 hab.
	— Nordeste — 20 óbitos por 1.000 hab.
	— E.U.A. — 5,3 óbitos por 1.000 hab.
	— Suécia — 4,4 óbitos por 1.000 hab.
<i>Mortalidade proporcional</i>	— (expectativa de vida até 50 anos, ao nascer)
	— Brasil — 28%
	— Suécia — 80%
<i>Mortalidade Infantil</i>	— São Paulo — 65/1.000 nascidos vivos
	— Rio de Janeiro — 70/1.000 nascidos vivos
	— Nordeste — 200/1.000 nascidos vivos
	— Suécia — 16/1.000 nascidos vivos
	— E.U.A. — 26/1.000 nascidos vivos
<i>Mortalidade por Doenças transmissíveis</i>	— São Paulo — 171/1.000
	— Rio de Janeiro — 274/1.000
	— Natal — 990/1.000
	— Média — 503/1.000
	— Suécia — 45/1.000
<i>Aspectos demográficos</i>	— Crescimento anual: 40/1.000: 2,5%
	População Urbana: 40%
	População Rural: 60%
	Capitais e Cidades grandes: 19% (média)
<i>Fome, qualitativa e quantitativa</i>	— Deficiência de proteínas, havendo milhares de casos de "kwashiorkor"
<i>Carência habitacional</i>	— deficit de 10 milhões de habitações; 2/3 da população não tem habitação adequada
<i>Recursos Técnicos</i>	— médicos por 10 mil habitantes
	— 4,5 enfermeiras, na mesma razão
	— 0,5 leitos — 3/1.000 habitantes.

Examinando conjuntamente as curvas da produtividade e do consumo de nossa população por grupos etários em justaposição aos coeficientes de mortalidade proporcional, verifica-se que 57% das baixas ocorrem até os 20 anos de idade; quer isto dizer que mais da metade da população brasileira compreendida nessa faixa deixa de existir antes de habitar-se ao resgate, em termos de produção, do investimento nela feito para que adquirisse a capacidade de produzir.

3.3 — Trabalho e Previdência Social

O Brasil foi o acontecimento político mais pacífico do Século. As reivindicações sociais vieram-nos sem comoções nem traumatismo como os que tanto enlutaram outras civilizações modernas. Nossa legislação teve neste particular o alto mérito de dar antes — para dar pretendidamente o justo: tivemos a capacidade de prever para prover e não sermos surpreendidos pela força incoercível das pressões. Tivemos a noção bem exata de que o direito do trabalho — é o direito ao trabalho, que é princípio salutar da democracia, dentro de que deve haver a generalização das oportunidades humanas. É claro que não compete fazer aqui o levantamento de todas as etapas que têm atravessado o problema entre nós, desde aquela fase inicial, felizmente efêmera, em que a questão social era um “caso de polícia”, até os dias atuais em que a nossa legislação e a nossa jurisprudência são perfeitamente tranqüilas.

Seja-nos permitido frisar de relance um dos problemas que vinham causando maiores óbices para o nosso regime social — que eram as greves. Trata-se de um direito incontestado das classes trabalhadoras, como de resto está consagrado na Constituição: mas o que se fazia, em certo período, era subordinar o aspecto jurídico do problema aos interesses de ideologia contrária à ordem democrática. O projeto de lei regulamentando o dispositivo constitucional corria lentamente nos canais do Congresso, a fim de ensejar a pressão ostensiva sobre os poderes constituídos, de resto coniventes com a situação de fato. Eram as greves legais, aquelas notoriamente mais rentáveis do ponto de vista ideológico.

Questões outras pendem ainda de solução legal, com a participação do empregado nos lucros da empresa — a respeito de que foi enviado projeto de lei ao Congresso pelo Governo que vem de terminar o seu mandato. Outra questão em pauta é a estabilidade no emprego — que deixamos o encargo a conferencistas competentes, não antes de assinalar que se trata de princípio consagrado em nossa legislação especial desde os primórdios de sua implantação — e sobre ela repousa em larga escala o bem-estar do trabalhador e de sua família.

No que respeita à previdência social, está legalmente unificada e o processo está em implantação.

Seja-nos permitido encerrar este capítulo da presente conferência assinalando que a previdência social será a espécie de serviço público mais ingrata de um Estado dentro de que o homem-comum não esteja devidamente familiarizado com os seus direitos e obrigações: ele espera sempre o milagre e atribui à providência foros de panacéia para todos os males, ignorando os reais desígnios do plano assistencial e portanto esperando d'ele mais do que aquilo para que foi ele criado. Estas palavras tanto colhem empregados como patrões: ambos devem compreender, em termos de educação para a previdência.

3.4 — A Família

É a sede dos valores morais de uma nação. O conteúdo institucional de nossa civilização teve sempre na família o mais forte apoio para as suas categorias éticas: patriarcal a princípio, descentralizada depois — é a família, não obstante, o centro de irradiação das normas de conduta da sociedade. Todavia, mister é assinalar a perda progressiva da coesão que lhe vinha sendo o apanágio: a vida absorvente das metrópoles têm contribuído para afastar pais e filhos do convívio do lar, afrouxando os laços familiares que os mantinha vinculados. A juventude vai abandonando aos poucos o hábito da convivência doméstica, atraída pelas mil solicitações de uma sociedade dentro de que vão-se anulando aos poucos as distinções entre o bem e mal, entre o decente e o imoral, entre o eterno e o contingente. A par disso, a filosofia do êxito a qualquer preço, o golpismo, a tendência ao luxo e às superfluidades vão transfigurando as imagens da decência e da honestidade, que ficam assim adstritas aos centros rurais ainda não comprometidos. Estudiosos dos problemas morais apontam entre as causas dessa decadência a ausência da mulher no lar: a necessidade de complementação financeira para a economia familiar levaram-na a procurar trabalho remunerado em repartições e escritórios, com prejuízo embora de sua participação ativa na formação moral dos filhos, aos quais passou a faltar o calor humano, a solidariedade e o exemplo.

O Brasil é uma das raras nações no mundo atual onde o vínculo matrimonial é indissolúvel: a despeito das pressões no sentido de uma revisão da Carta, vem sendo mantido indelével esse princípio. Uma indagação todavia é de se apresentar: seria o mesmo o comportamento conservador do Congresso — se acaso a votação de uma emenda constitucional neste particular se fizesse em caráter secreto?

3.5 — As Classes Sociais

A estratificação social, no Brasil, tem acompanhado os diversos ciclos da nossa evolução econômica.

A sociedade brasileira tradicional constituiu-se em função da propriedade rural, que ensejou a formação de um regime verdadeiramente patriarcal, baseado no latifúndio. A propriedade da terra atraía, nos primeiros tempos, a aspiração de todos, pelo prestígio daí decorrente.

Esta realidade social pode ser resumida no estabelecimento rural, ou fazenda, conforme ensina *João Camilo de Oliveira Tôrres* — seja o engenho de cana, seja a fazenda de café ou a estância do gado. Neste sistema, que durou três séculos — e de algum modo ainda perdura — surgiram duas estratificações sociais: no topo da hierarquia, acham-se os grandes proprietários rurais, os homens de elite, os que exerciam os cargos mais importantes — o senhor de engenho, o fazendeiro, o estancieiro; no outro extremo, ficaram inicialmente os trabalhadores servís e, depois, os trabalhadores em geral.

Esta dicotomia, diz ainda *Oliveira Tôrres*, é encontrada em todos os tipos de atividade econômica. Assim, na exploração da cana-de-açúcar, no Nordeste, aparecem o usineiro e o trabalhador do eito ou de enxada; em outros setores: fazendeiro de café e colono; fazendeiro de cacau e contratista; usineiro e trabalhador de usina; estancieiro e peão; seringalista e seringueiro, etc. E acrescenta o mesmo autor:

“Com o proprietário no alto da pirâmide, e o trabalhador, *lato sensu* na base dela, teríamos então a estrutura das classes sociais no meio rural brasileiro; todavia, não estaria completa a afirmativa se não levássemos em consideração, particularmente, a presença dos ocupantes de posições intermediárias, que também existem, em que pese às possíveis diferenciações regionais”.

O ciclo de mineração iniciou a modificação do quadro anterior com o desbravamento espetacular que propiciou, em pouco tempo. Este ciclo proporcionou o desenvolvimento da vida urbana; favoreceu o aparecimento de uma pequena burguesia e passou a consubstanciar o sentimento nativista, promovendo os primeiros movimentos de independência nacional. Temos, então, três estratificações bem características: a aristocracia rural, a pequena burguesia e os trabalhadores.

O ciclo do café expandiu a urbanização e fortificou a classe média, preparando o ambiente para a nossa emancipação política e, mais tarde, a República.

A intensa imigração estrangeira trouxe um elemento novo de grande importância econômica e psicossocial. Essa imigração pioneira veio juntar-se ao proletariado rural, compondo, nos primeiros tempos, a base da pirâmide social.

A exportação do café permitiu a capitalização necessária ao equipamento do nosso parque industrial. Surgiu o ciclo da industriali-

zação, que tomou notável incremento após a segunda Grande Guerra. Corporificou-se o operariado urbano, que se transformou numa força ponderável, ao lado da classe média. A mobilidade social passou a ser mais fácil e freqüente, como não acontecia na sociedade antiga, em que as classes eram menos permeáveis.

Esta mobilidade, fato aliás comum a outros países do continente, trouxe como consequência aspectos sociais novos, tornando possível a figura do "self made man", de modo a ampliar o conteúdo da estrutura social.

3.4 — Vigências Sociais

Vigências são transculturas estratificadas. O brasileiro cria o costume — e depois ri dele: "ridendo castigat mores". — Ele gera a burocracia — e depois a contorna com o pistolão, o empenho, o apadrinhamento: "quem tem padrinho não morre pagão". Ele faz o retrato das coisas — e depois o "cartoon". Imagina o mito — e depois o destrói. O individualismo é a patente indelével do nosso temperamento — veja-se o que o brasileiro fez com o futebol: metamorfoseou-o, tornou dionisiaco aquilo que nascera apolíneo — como observa GILBERTO FREYRE em artigo no "Times" durante o recente campeonato mundial de Londres. Quem quiser ver em ação o "Hércules Quasímodo" de EUCLIDES DA CUNHA, na plenitude da sua capacidade improvisadora, do seu gênio inventivo, da sua versatilidade cultural equilibrada por vezes sobre um par de pernas tortas — vá ao campo de futebol apreciar como ele soube transformar uma estratégia de conjunto num concêrto de "cadenzas" instrumentais.

A outra forma ideal de exteriorização do temperamento brasileiro é o Carnaval, que representa para ele um "ludus" e ao mesmo tempo numa catarse, um brinquedo e um "poço de serpentes" onde ele purifica a moral através da sublimação e do êxtase. O brasileiro ainda não pode ser especialista, dentro de um mundo de técnicas e de tecnicismo: contra os rigores da especificação criou ele o "homem dos sete instrumentos" — e queria o D.A.S.P. que este homem-síntese se conformasse de chôfre aos rigores disciplinados do taylorismo e do fayolismo, dentro de que ele se sentira culturalmente manietado como numa "camisa de força".

Agora, as supervigências.

3.6.1 — O Direito

O Direito Brasileiro encontrou as suas fontes básicas no direito português, o qual, por seu lado, se ramificou no Direito romano; mais tarde, o nosso Código Civil recebeu influência do Código de Napoleão, também inspirado na legislação romana. Dêste modo, o nosso Direito está duplamente ramificado no sistema jurídico romano, que serviu de arcabouço para todo o direito ocidental.

Do português herdamos o gosto da regulamentação jurídica, que se impregnou de exagerado ritualismo e apêgo às fórmulas. Dêste fato, resultaram duas consequências importantes para a constituição da nossa estrutura social. A primeira, foi a proliferação das leis, as quais se transformaram num fim em si mesmas, que não em instrumento de realizações. O objetivo principal seria a elaboração de leis teoricamente perfeitas, embora estranhas à realidade dos fatos por êle regidos. Daí proveio outra consequência, que foi o habitual descumprimento da lei — resultante menos de recalcitrância que das dificuldades inerentes à sua execução espontânea. A inobservância — e os prejudicados por esta prática só difficilmente obteriam a devida reparação, porque o Poder Judiciário se achava emperrado pelo sistema jurídico vigorante. Basta dizer que até hoje ainda persiste, como resíduo feudal, a outorga vitalícia dos ofícios de justiça a particulares, que recebem as suas remunerações diretamente das partes.

Acresce que o menosprêzo à lei partia das elites — e o mau exemplo ocorria especialmente no direito público, um dos setores de maior ressonância popular. Era justamente no exercício dos mais altos poderes do Estado que as elites dirigentes patenteavam os seus desmandos. De um lado, havia a Constituição escrita, com todo o seu idealismo, e de outro, uma Constituição costumeira, forjada pelas oligarquias, com vistas aos seus próprios interesses.

É forçoso, porém, assinalar, o esforço de eminentes juristas e homens públicos para corrigir as falhas da nossa legislação e os males decorrentes da sua aplicação. Jurisconsultos do porte de Bernardo de Vasconcellos, Teixeira de Freitas, Lafayette Rodrigues Pereira, Clóvis Beviláqua, Rui Barbosa, concorreram, com as suas obras admiráveis, para o aprimoramento da nossa estrutura jurídica. Dois dêles ainda projetaram internacionalmente o Brasil: Teixeira de Freitas, com o seu "Esbôço de Código Civil", servindo de modelo aos códigos de outras nações sul-americanas, e Rui Barbosa que, em Haia, teve a atuação das mais brilhantes, inclusive no famoso episódio com o representante russo De Martens. Graças a êsses e a outros juristas, tivemos leis excelentes, verdadeiros monumentos, como o Código Criminal do Império, um dos primeiros do mundo moderno, o Código Comercial, o Código Civil, inspirado numa época de grande renovação cultural brasileira. Cogita-se, atualmente — e com abundância de razões — de atualizar êsses corpos de leis.

3.6.2 — A Religião

O signo da Vera Cruz, sob o qual nasceu o Brasil, tem confirmado no decurso de quatro séculos de História nacional a tendência cristã do povo: hoje, o Brasil erige-se na maior população católica do mundo. Isso confirma-se a cada passo, e foi possível apurar inclusive ao ensejo do último Congresso Eucarístico Nacional, reu-

nindo na Capital Brasileira a maior concentração humana de que se tem notícia nos fatos da antiga Capital.

Os reflexos da Religião estendem-se aos campos da moral familiar e da moral social, apesar dos efeitos descentralizadores decorrentes da complexidade da vida moderna.

Também a educação nacional reflete a atuação da Igreja Católica, como das protestantes — sendo de assinalar o papel das Missões junto aos núcleos populacionais mais distantes, destacando-se de maneira especial a catequese das tribus indígenas e sua integração crescente à civilização.

Dever é convir na existência, em escala apreciável, do sincretismo religioso, que constitui um fenômeno cultural característico das nações em fase do desenvolvimento.

O povo tem acompanhado de perto as tendências ecumênicas da Igreja Católica, sobretudo nos últimos tempos, quando o Vaticano pôde exercer mais do que nunca a sua destinação de universalidade, obviando os cismas e reconduzindo as diversas igrejas conflitantes aos padrões originais do Cristianismo.

Vale ressaltar que não terá sido senão a índole cristã do povo brasileiro que se deve em grande parte a reação das diversas camadas sociais nos acontecimentos políticos de 1964, que tiveram o seu desencadeamento com as "marchas da família com Deus pela Liberdade".

3.6.3. — As Artes

Um dos sintomas do crescimento de uma nação é o transbordamento de sua cultura além das fronteiras. Num primeiro momento que durou mais de três séculos, o Brasil assimilou tudo quanto se pôde colher para a formação de uma Cultura: sangue, deuses, côres, formas. Dizia EDUARDO PRADO que escrever a História do Brasil "era escrever a história da imigração neste país". Ao que CRUZ COSTA, com pessimismo ainda maior, acrescentava que compor a nossa História "era descrever as vicissitudes que as idéias alheias sofrem entre nós". Enquanto isso, TOBIAS BARRETO literalmente rangia os dentes contra o francesismo reinante, deleitando-se em frisar que as traduções francesas eram transposições para a chave do sol — do pensamento alemão".

Mas o fascínio da França só iria abrandar com o chamado movimento modernista. Esse novo calendário intelectual principiou quando escritores como GRACILIANO e JOSÉ LINS DO RÊGO, no Nordeste; JORGE AMADO, na Bahia; GILBERTO AMADO, em Sergipe; MÁRIO DE ANDRADE, em São Paulo; GUIMARÃES ROSA, em Minas; VERÍSSIMO, no Rio Grande — deliberaram enfrentar a corrente e escrever brasileiro, mesmo vulnerando a gramática e a ética

convencional em benefício da autenticidade. São êsses justamente os homens de letras cujas obras já atravessaram as fronteiras nacionais e estão hoje traduzidas nos dois lados das cortinas e paralelos em que se divide ideologicamente o mundo.

A música encontra em VILLA-LOBOS o embaixador "urbi et orbe" da cultura brasileira — em que pèse as notórias raízes de STRAVINSKY na sua obra. E na interpretação, GUIOMAR NOVAIS, TAGLIAFERRO, PARIZOT, ELEAZAR DE CARVALHO são verdadeiros expoentes. Nas artes plásticas, PORTINARI, DI CAVALCANTI e NIEMEYER elevaram o nome do Brasil a uma altitude a que poucos artistas modernos conseguem erguer suas nações. A maior autoridade em arte plástica no Vaticano é hoje o nosso patricio REDIG DE CAMPOS — e temos na decoração ornamental a figura de BURLE MARX como um verdadeiro mago em lidar com as mil nuanças que a flora oferece à imaginação estética do homem.

4 — CONCLUSÃO

Chegamos ao término de nossa conferência, mas não teríamos a veleidade de esgotar o assunto. Oferecemos, isto sim, idéias de conjunto, em traços rápidos, sobre alguns dos elementos básicos da nacionalidade. Dêsse esboço despretenhoso terá resultado um retrato mais ou menos fiel da posição brasileira traduzida em normas e comportamentos surpreendidos aqui e ali pela humana falibilidade do observador. Nossa maneira de ser e nosso destino como povo e como Nação estão estreitamente ligados entre si: uma e outra guardarão sempre as mesmas coordenadas, porque é o homem que faz sua própria História — ninguém mais.

Que nos reserva o futuro? Devemos manter-nos como somos? Devemos modificar-nos? São perguntas que ninguém poderia sensatamente responder sem os riscos da ufania ou do pessimismo. Houve sempre no Brasil o presságio de uma grandeza futura: o dilema das nações como a nossa é progredir, ou estacionar — o que equivale a morrer em vida. Possuímos um balanço de caracteres altamente favorável em que os traços de ternura, amor ao próximo, espírito de solidariedade, ambição sadia e pacifismo sobrelevam em peso específico a quantos defeitos nos possam apontar analistas mais rigorosos. — falta de convicção, inconstância, superficialidade, impaciência e outras tantas imperfeições que desafiam a primeira pedra de quem delas se considera indene. O brasileiro é assim — e assim será até que por si mesmo encontre os seus próprios caminhos definitivos: espontâneo, emotivo, vivaz, ardente, sentimental, desconfiado, surgindo que foi da conciliação de conflitos humanos — "num estilo de vida que consiste em ter criado o máximo de felicidade social até hoje sonhado por teorias e profetas".

As nações comparecem perante o mundo tal como são, em si mesmas: levam consigo as suas virtudes e os seus vícios; suas grandezas e seus fracassos; sua nobreza e suas debilidades e também como tal devem ser creditadas, ou debitadas, no grande balanço nas relações de nação para nação, de mundo para mundo em que o próprio mundo se divide. O Brasil não é melhor nem mais imperfeito do que qualquer outra nação: o que talvez possuamos em grau mais apreciável é o senso de equilíbrio entre os dois comandos sensoriais que SPENGLER identificava — um, nos gregos, que é a alma; outro, nos romanos — que é a inteligência. Pois nós temos a um tempo inteligência e alma: é bem este o sentido universalista de nossa cultura e de nossa civilização. Se houver um dia o homem ecumênico de JOÃO XXIII, esse homem seremos nós. É porque temos em nós todos os mundos: o do português, e com ele o Oriente fascinante; o africano, e com ele aquele imenso continente de ilimitada grandeza em bens humanos; o nativo que um dia foi o emigrante de outras terras onde Deus criou o Homem.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — MONTAIGNE — "Ensaaios"
- 2 — RONSARD — "Ode contre Fortune"
- 3 — JEAN DE LERY — "Histoire d'un Voyage au Brésil"
- 4 — IVO DEVREUX — "Viagem ao Norte do Brasil"
- 5 — AFONSO ARINOS — "O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa"
- 6 — ROUSSEAU — "Discours sur l'Inégalité"
- 7 — SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA — "Raízes do Brasil"
- 8 — AMOROSO LIMA — "Interpretação dos Interesses do Povo Brasileiro"
- 9 — CASSIANO RICARDO — "O Homem Cordial"
- 10 — GILBERTO FREYRE — "As Forças Armadas e Outras Forças" — "A Lição Brasileira de Assimilação Racial" — The Times — Londres — 7-II-66
- 11 — PAULO PRADO — "Retrato do Brasil"
- 12 — T. S. ELLIOT — "Notas para a Interpretação de Cultura"
- 13 — J. D. HUISTER — "Le Droit de Greve et sa Reglementation"
- 14 — CALDERAN BELTRÃO — "A Família"
- 15 — OLIVEIRA TORRES — "A Estratificação Social no Brasil"
- 16 — EUCLIDES DA CUNHA — "Os Sertões"
- 17 — JOÃO MANGABEIRA — "Rui"
- 18 — EDUARDO PRADO — "A Ilusão Americana"
- 19 — TOBIAS BARRETO — "Estudos de Sociologia"
- 20 — THEVET — "Singularités de la France Antartique"

VOCÊ SABE POR QUE RUFAM OS TAMBORES NAS EXPULSÕES?

DOCUMENTO N. 93

Ordem Expedida ao m.^{mo} Snr. Ajd^{te} das Ordens (1)

Amanhan 3.^a fr^a, q' se contão 18 do corrente mez pelas 7 horas da manhan, se achará postado o Regim.^{to} da Artilharia no Campo da Lampadoza, como tambem de cada hum dos outros Regim.^{to} hua Comp.^a, p.^a assistirem ao acto de se publicar a Sentença proferida contra os Reos Incendiarios, q'se-achavão destacados na Ilha da Santissima Trind.^e, cujos Reos, mandará o Chefe da Acção, buscar á prizão por hum Off.^{al} Inferior com hua Escolta competente; Ordenando, venha cada hum com o seu uniforme complecto; Logo q' cheguem os m.^{mos} Réos, os fará vir ao Centro do Regim.^{to}, e depois de os fazer ajoelhar, se lhe intimará a Sen.^{ca}, e logo q'a ella se dê fim, se lhe mandará despir todos os seus uniformes, e se recolherão os Réos á Cadêa desta Cidade, na conformidade, q' o determina a m.^{ma} Sent.^{ca}. Advirto mais, q'as Comp.^{as}, que deverão marchar a Acção se formarão nos Lados do Regim.^{to} de Artilharia, q' nesta occazião faz o Centro. O Chefe do mesmo Regim.^{to} mandará formar o Circulo, ou qualq.^r outra figura, q' facilite mais poder ouvir toda a Tropa, clara e distinctam.^{te} a m.^{ma} Sen.^{ca}. Lembro mais, q' se devem fazer alguns signaes com as Caixas p.^a evitar bulha, ou conversaçoes q' possam alterar o justo valor, q'se deve dar ao prezente cazo. Rio 17 de Setembro de 1792 — Conde de Rezende. (1)